PAN
PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA
Representação Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 1142/XIII/3.ª

Recomenda ao governo que elabore e execute um plano integrado de reflorestação da Mata Nacional de Leiria

Exposição de motivos

Na sequência da particular gravidade dos incêndios ocorridos em 2017, o ICNF refere no "Relatório provisório de incêndios florestais – 2017 – 01 de janeiro a 31 de outubro" que a base de dados nacional de incêndios florestais (Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais – SGIF) regista, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de outubro de 2017, um total de 16.981 ocorrências (3.653 incêndios florestais e 13.328 fogachos) que resultaram em 442.418 hectares de área ardida de espaços florestais, entre povoamentos (264.951ha) e matos (177.467ha).

Comparando os valores do ano de 2017 com o histórico dos 10 anos anteriores, assinala-se que se registaram menos 3,6% de ocorrências e mais 428% de área ardida relativamente à média anual do período. O ano de 2017 apresenta, até ao dia 31 de outubro, o 6.º valor mais elevado em número de ocorrências e o valor mais elevado de área ardida, desde 2007. Até 31 de outubro de 2017 há registo de 1.446 reacendimentos, menos 8% do que a média anual do período 2007-2016.

Segundo a cartografia provisória de áreas ardidas estima-se que arderam 73.190 hectares de terrenos submetidos ao regime florestal (cerca de 18,4%). Destes terrenos, destaca-se a Mata Nacional de Leiria, geralmente conhecida como “Pinhal de Leiria” ou como “Pinhal do Rei” que se situa, integralmente, no concelho da Marinha Grande, pela maior superfície ardida, com quase 9.476 hectares (86 % de afetação desta Mata Nacional) dos 11.000 hectares existentes (figura 1).

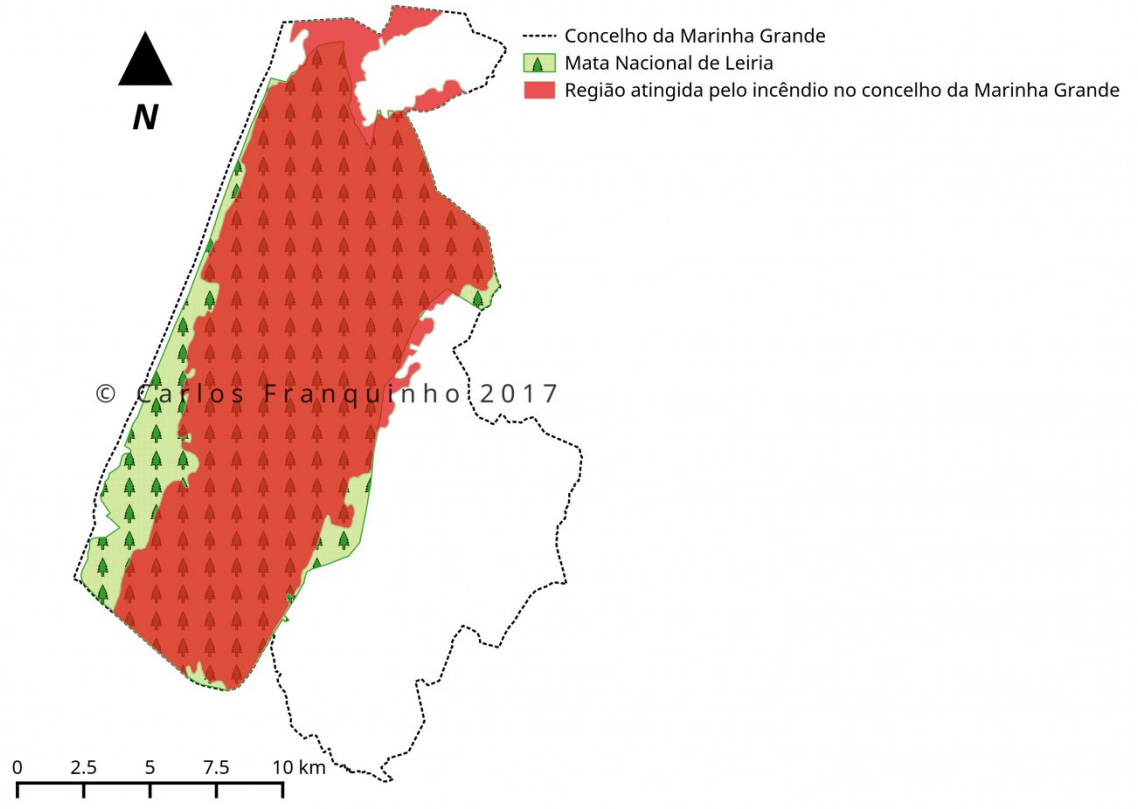

Figura 1- Região atingida pelo incêndio no concelho da Marinha Grande - Autor Carlos Franquinho

A maior Mata Nacional, uma das mais antigas do mundo, ardeu quase na totalidade nos dias 15 e 16 de Outubro. Alguns especialistas referem que este flagelo ocorreu fruto de um abandono que foi particularmente visível na Mata Nacional de Leiria, que não é uma área protegida e que serve, no essencial, para produção de madeira e (de forma mais residual) de resina. Estas atividades geraram no período 2003-2016, uma receita média anual de cerca de 1,5 milhões de euros (20,6 milhões no total dos 14 anos analisados). Mas o montante investido na mata não chega sequer a 10% desse encaixe.

Olhando para o mesmo período, foram investidos 1,8 milhões de euros na mata, ou seja, 127 mil euros por ano. O investimento não só é reduzido como, em 2015 e 2016, nem sequer existiu, de acordo com os dados do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das florestas).

Em 1986 haviam 181 funcionários na mata. Hoje, com apenas 10 funcionários que não estão a trabalhar em permanência na Mata de Leiria, um técnico superior e nove assistentes operacionais, que ainda têm a responsabilidade de gerir outras quatro zonas florestais, não se consegue garantir a limpeza anual da mata. Um trabalho que este ano deveria ter assegurado corte de matos em 950 hectares, a limpeza de 73 hectares de povoamentos e a desramação de 150 hectares. O ICNF refere que concorda que os 10 elementos em causa "são efetivamente escassos", assim como acrescenta que, para a maioria das "ações de limpeza de matos e intervenção em aceiros, são contratados serviços externos". Daí considerarmos essencial que se efetue um reforço tanto em termos qualitativos como quantitativos dos recursos humanos.

Analisando o portal de contratação pública Base, a última vez que se contratou um serviço de limpeza específico para a Mata de Leiria foi em 2012, num procedimento ainda gerido pela ex-AFN (Autoridade Florestal Nacional), extinta em 2012 e fundida com o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) no ICNF.

O INCF afirmou, no âmbito dos investimentos a efetuar na Mata Nacional de Leiria, que "uma parte dos investimentos preconizados no Plano de Gestão Florestal para serem realizados em 2015, 2016 e 2017 não foi concretizada". Daí existirem várias zonas onde o material combustível estava acima do que tinha sido projetado.

O Presidente da Câmara da Marinha Grande mostrou-se igualmente preocupado com a falta de limpeza da Mata Nacional de Leiria, que ocupa dois terços do concelho, principalmente junto às estradas florestais. Também a Quercus alertou para o desinvestimento do Estado nesta matéria, sobretudo na ótica da defesa da floresta contra incêndios.

Por outro lado, em resultado do incêndio que deflagrou no dia 15 e 16 de Outubro, existe um milhão de metros cúbicos de pinho a abater na Mata Nacional de Leiria, que equivale a mais de 7 mil hectares. Esta realidade têm uma dimensão económica muito

significante, pelo que entendemos ser crucial que as negociações existentes e contratos celebrados entre o Estado e outras entidades responsáveis pela compra da madeira queimada sejam públicos.

Dada a dimensão da área ardida e o valor patrimonial e histórico da Mata Nacional de Leiria, consideramos que devem ser implementadas um conjunto de medidas que permitem num curto espaço de tempo a limpeza e consequente reflorestação da mesma de forma sustentável.

Neste termos, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projeto de Resolução, recomenda ao Governo que:

1. Elaboração e execução de um plano integrado de limpeza e de reflorestação da Mata Nacional de Leiria, fruto de um planeamento participativo com os contributos das autarquias, populações e técnicos especializados;
2. Criação de uma Equipa Técnica Especializada para elaborar e apoiar na execução do plano de reflorestação que visa uma gestão sustentável da Mata Nacional de Leiria, contemplando as questões geográficas e as alterações climáticas;
3. Implementar medidas com a máxima brevidade que visem a redução do risco de erosão e contaminação de recursos hídricos devido aos detritos criados pelos incêndios como as cinzas de forma prévia e durante as primeiras chuvas, nomeadamente desimpedir os leitos de todas as seguintes ribeiras: de Moel, do Tremelgo, do Lagoa das Éguas e do Rio Tinto que se encontram sob risco de eutrofização das águas;
4. Disponibilização imediata de recursos humanos e financeiros adequados à intervenção de recuperação e requalificação da Mata Nacional de Leiria, assim como do edificado afeto à guarda florestal que foi danificado pelo incêndio;
5. Reforçar de forma permanente os recursos humanos afetos à manutenção e gestão públicas da Mata Nacional de Leiria, nomeadamente ao nível do ICNF como assistentes operacionais, guardas e técnicos florestais;

6. Corresponsabilizar os municípios e as juntas de freguesia pela gestão pública da Mata Nacional de Leiria;
7. Promover a investigação das causas que desencadearam os incêndios que deflagraram e consumiram a Mata Nacional de Leiria;
8. Canalizar o valor total resultante da venda das madeiras queimadas recolhidas da área ardida para a reflorestação e valorização da Mata Nacional de Leiria, sendo que todas as negociações existentes e contratos celebrados entre o Estado e outras entidades sejam públicos;
9. Garantir que o plano de reflorestação sustentável da Mata Nacional de Leiria esteja concluído no prazo máximo de um ano;
10. Reforçar as ações de sensibilização junto das populações locais, com o apoio das autarquias e de várias instituições, para a temática dos incêndios, nomeadamente ao nível dos comportamentos de circulação, de autoproteção da integridade física e da segurança do edificado, e da valorização da Mata Nacional de Leiria.

Palácio de São Bento, 27 de Novembro de 2017.

O Deputado,

André Silva